

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 25 652/2006

Ao abrigo do n.º 3, da alínea b) do n.º 8 e do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2006, de 29 de Dezembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 16 de Janeiro de 2006, e nos termos da alínea a) do n.º 5 do despacho n.º 17 893/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Setembro de 2006, determinamos que a técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Segurança Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Ana Luzia Gomes Ferreira Reis seja requisitada para exercer funções na estrutura de missão para a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, ficando colocada na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, sendo equiparada à categoria de conselheira técnica principal do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros para efeitos de pagamento dos abonos de representação e habitação.

Os encargos decorrentes da referida requisição serão suportados pelo orçamento afecto à estrutura de missão para a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

23 de Novembro de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 25 653/2006

Ao abrigo do n.º 3, da alínea b) do n.º 8 e do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2006, de 29 de Dezembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 16 de Janeiro de 2006, e nos termos da alínea a) do n.º 5 do despacho n.º 17 893/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Setembro de 2006, determinamos que a técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Segurança Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Ana Luzia Gomes Ferreira Reis seja destacada para exercer as funções na estrutura de missão para a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, ficando colocada na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006, sendo equiparada à categoria de conselheira técnica principal do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros para efeitos de pagamento dos abonos de representação e habitação.

Os encargos decorrentes do referido destacamento serão suportados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

23 de Novembro de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 25 654/2006

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, Maria Fernanda da Luz Gamboa Pargana e Oliveira das funções de assessor de imprensa do meu Gabinete, para as quais havia sido nomeada pelo meu despacho n.º 17 834/2005, de 3 de Agosto, em regime de prestação de serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 18 de Novembro de 2006.

16 de Novembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 13 421/2006

Por despachos da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros e da subdirectora-geral, por delegação de competência do director-geral dos Impostos, de 30 de Novembro e de 26 de Setembro de 2006, respectivamente, Joaquim Escarigo Ramos, motorista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, foi transferido,

nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afecto à Direcção de Finanças de Lisboa com efeitos a 15 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

4 de Dezembro de 2006. — Pelo Director de Serviços, a Chefe de Divisão de Gestão de Pessoal, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 13 422/2006

Por despacho da subdirectora-geral dos Impostos de 5 de Dezembro de 2006, por delegação de competências do director-geral, são nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo principal da carreira administrativa do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) os funcionários a seguir indicados:

Quota 1 — candidatos vinculados à DGCI:

Artur Nascimento Sousa Branco.
 Júlia Manuela Trigueira Escarameia Antunes.
 Maria Anjos Costa Marques Oliveira Machado.
 Rosa Maria Esteves Pires.
 Maria Joaquina Matos Gonçalves.
 Manuel Augusto Pinto.
 Maria Amélia Faria Martins.
 Lídia Encarnação Martins Maria.
 Maria Augusta Rosário Fernandes Sousa.
 Maria Luísa Rosário Ricardo Maurício.
 Fernanda Fidalgo Alves Galego Pires.
 Maria Conceição Brito Vilaça Pereira.
 Maria Filomena Rodrigues Passos Ribeiro Moreira.
 Maria Judite Ferreira Marques.
 Arabela Magda Santa Clara Barros Godinho Garcia.
 Sandra Cristina Brito Martins.
 Berta Maria Monteiro Durão Formiga.
 Maria Teresa Almeida Costa.
 Maria Conceição Marques Santos.
 Rita Alexandra Jesus Galveias Cardeal Costa.
 Maria Gracinda Silva Gregório Nascimento.
 Alice Maria Melo Diniz Alves Diniz.
 Sandra Manuela Sousa Martins.
 Susana Maria Rodrigues Vieira.
 Luís Manuel Meneses Alves.
 Luzia Conceição Jesus Guerreiro.
 Ana Paula Jesus Pereira Baptista.
 Fernanda Maria Fernandes Afonso Carvalho.
 Alexandra Goretí Moreira Ribeiro.
 Maria Leonor Moras Tifona Miller Fleming.
 Filomena Maria Costa Silva Raposo Vilhena.
 Maria Margarida Ferreira Silva Alves.
 Maria Sameiro Rodrigues Barbosa Ferreira.
 Maria Fátima Silva Moreira Santos Pinheiro.
 Maria Fátima Gonçalves Fonseca.
 Aldina Pires Martins Rodrigues.
 Mónica Paula Cruz Ponciano Galvão.
 Maria La Salette Alves Monteiro.
 Manuela Bento Reis Martins.
 Rui Miguel Matos Gomes.
 Paula Maria Ferreira S. Amaral Esperança.
 Isabel Maria Martins Ferreira Coutinho.
 Manuela Alexandra Oliveira Cruz.
 Maria Helena Teixeira Costa Sousa.
 Sandra Maria Jesus Matos.
 Leonor Carvalho Guimarães Nicola.
 Cristina Maria Ribeiro Fernandes Duarte.
 Maria João Ximenes Calvino Pereira.
 Nélia Paula Silva Maria Matos.
 Florbela Maria Teixeira Sampaio.
 Maria Fátima Silva Saraiva Teixeira.
 Lia Zita Pereira Pires.
 Paula Cristina Cravo Francisco Brás.
 Maria Fernanda Gonçalves Vaz Santos.
 Marta Isabel Messias Calvino Martins.
 Maria Teresa Brardo Alves Ferreira Palmeiro.
 Adalberto Jesus Gomes Rodrigues.
 Maria Cândida Maia Costa Azevedo.
 Olga Maria Rosa Simões Onofre.
 Chantal Abadie Gomes Sena.
 Ana Paula Calado Sousa Serrador.
 Ana Catarina Pires Machado Gonçalves Martins.
 Maria Fátima Pires Milheiro Pina Pires.
 Maria Piedade Silva Cardoso Pinto.
 Maria Teresa Roderá Nazaré.
 Nelma de La Salette Rodrigues Guerra Fernandes.

Rosa Maria Teixeira Coelho Silva.
Artur Jorge Pinto Morais.
Ana Paula Rodrigues Margalha Vinhas.
Rute Maria Dias Duarte.
Ana Paula Monteiro Casalini Silva.
Marina Isabel Tovar Dores.
Maria Lurdes Assunção Rebelo Paradinha.
Guida Jesus Tirolête de Assunção Pereira.

Susana Maria Ferreira Gonçalves.
Cláudia Sofia Tavares Nunes.
Maria Paula Medeiros Matos Lopo Tuna.
Maria Emília Olas Henriques.
Serafina Duarte Pereira Santos e Cruz.

Quota 2 — candidatos de outros organismos com colocação no quadro de contingência da Direcção de Finanças da Horta:

Nome	Categoria	Serviço origem
Maria Teresa Bento de Matos Gonçalves	Assistente administrativa	Câmara Municipal de Almada.
Maria do Rosário Abreu Alves	Segundo-sargento	Hospital Militar de Belém.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 13 423/2006

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra de 5 e de 13 de Julho de 2006, respectivamente, foi autorizada a requisição de Hélder Gonçalves do Espírito Santo, assistente administrativo do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Coimbra, pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 11 de Dezembro de 2006.

5 de Dezembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 13 424/2006

Por despacho da subdirectora-geral dos Impostos de 4 de Dezembro de 2006, por delegação de competências do director-geral, Lucinda Santos Almeida Dias, servente do quadro de pessoal da DGCI, foi reclassificada, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de auxiliar administrativo do grupo de pessoal auxiliar, ficando colocada nos Serviços Centrais, sendo remunerada pelo escalão 5, índice 170, da referida categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 13 425/2006

Por despacho da subdirectora-geral dos Impostos de 30 de Novembro de 2006, por delegação de competências do director-geral, António José das Neves Pires Amado, técnico de administração tributária, nível 1, do quadro de pessoal da DGCI, foi reclassificado, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assessor, da carreira técnica superior, da área funcional de gestão de recursos humanos, organização e documentação, ficando colocado nos Serviços Centrais, sendo remunerado pelo escalão 2, índice 660, da referida categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Rectificação n.º 1899/2006

Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 9881/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de Setembro de 2006, a p. 18 599, rectifica-se que onde se lê «Por despachos do director da Universidade Nova de Lisboa e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos de 29 e de 6 de Junho de 2006» deve ler-se «Por despachos do director da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 29 e de 6 de Junho de 2006».

4 de Dezembro de 2006. — Pelo Director de Serviços, a Chefe de Divisão de Gestão de Pessoal, *Ángela Santos*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 13 426/2006

De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos

portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Dezembro de 2006, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,93634 %.

29 de Novembro de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 13 427/2006

De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Dezembro de 2006 é de 2,01702 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 2,21872 %.

29 de Novembro de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 1904/2006

Considerando que através da portaria n.º 250/2004 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Fevereiro de 2004, ficou o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), autorizado a desenvolver o procedimento por concurso público internacional AQS20032101017, para a aquisição de serviços de seguros nas modalidades de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, de doença e de responsabilidade civil automóvel;

Considerando ainda que, através de tal portaria, ficou o IEFP autorizado a despende o montante de € 624 997,87, IVA incluído, não podendo os encargos resultantes da adjudicação em cada ano económico exceder as seguintes importâncias:

- Ano 2004 — € 307 227, 22;
- Ano 2005 — € 317 770,65;

Considerando que, embora o processo de contratação tenha sido desenvolvido nos anos de 2004 e 2005, apenas em 2006 se encontram reunidas as condições para que o IEFP possa concluir o processo de contratação, tornando-se necessárias as competentes autorizações para a realização das despesas inerentes à adjudicação dependentes de nova portaria de extensão de encargos consentânea com os períodos de realização efectiva da despesa e prevendo-se que o contrato seja executado em 2006 e 2007 e que o montante a despende seja consideravelmente inferior ao inicialmente previsto:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

1.º O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), fica autorizado a despende o montante de € 404 133,19, isento de IVA, não podendo os encargos resultantes da adjudicação em cada ano económico exceder as seguintes importâncias:

- Ano 2006 — € 192 732,21;
- Ano 2007 — € 211 400,98.

2.º A importância fixada para o ano económico de 2007 poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.